

Brasília-DF, 18 de outubro de 2013

## Superplano da Geap já nasce sob suspeita

*Convênio unificado para servidor é questionado porque redação do estatuto da entidade não passou pelo MPDFT*



*Matéria sobre Geap foi destaque na edição de 17 de outubro do Correio Braziliense*

A Geap Autogestão em Saúde, operadora do superplano dos servidores públicos, foi criada com suspeitas de irregularidades. Para que a nova operadora entrasse no mercado, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) precisaria acompanhar o processo de elaboração do estatuto da fundação, como diz o Código Civil, entre os artigos nº 62 e 69. Mas isso não ocorreu. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou no Diário Oficial da União, em 30 de setembro de 2013, um decreto que aprova a deliberação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para fazer as mudanças estatutárias.

A nova operadora, que está sob intervenção da Previc, surgiu a partir da cisão da Fundação de Seguridade Social (Geap) — que era, por estatuto, uma entidade de previdência complementar, com personalidade jurídica de direito privado, e oferecia planos de assistência em saúde. A superintendência, responsável por regular as entidades de previdência fechada, decidiu fazer a segregação para tornar a gestão mais eficiente. Com isso, foram criadas duas fundações: a Geap Autogestão em Saúde e a Geap Previdência. E cada uma delas passou a ter um estatuto próprio.

A Previc comentou que os bens, os direitos e as obrigações dos segmentos de saúde e de previdência da Geap eram contabilizados e controlados individualmente. Com isso, a superintendência afirmou, em nota, que “não há qualquer risco de ‘contaminação’, por ilegal, entre os dois objetos”. Apesar dos esclarecimentos, a autarquia não informou por que o estatuto da Geap Autogestão deixou de ser apreciado pelo MPDFT.

As promotoras de Justiça Rosana Carvalho e Cátia Gisele Martins Vergara, chefes da 1ª e da 2ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social do MPDFT, respectivamente, disseram que o estatuto da nova operadora de saúde não foi avaliado por nenhuma das duas. Rosana explicou que o registro em cartório só pode ocorrer após apreciação do documento pelo Ministério Público. “Não fui comunicada. Vou procurar a Geap Autogestão em Saúde e a ANS. Cabe a nós velar pelas fundações que não sejam de previdência. Como uma nova entidade foi criada sem o nosso acompanhamento, há indícios de irregularidade”, completou Cátia.

Procurado para esclarecer se as supostas falhas no trâmite legal suspenderiam o efeito do decreto presidencial que autorizou o convênio único para servidores, o Ministério do Planejamento não se pronunciou. Pelo documento oficial, poderão se tornar beneficiários da Geap Autogestão em Saúde os funcionários públicos da União, de autarquias e de fundações.

O especialista em terceiro setor Eduardo Sabo explicou que esse caso de cisão é inédito no DF. No entendimento doutrinário dele, o MP também deveria velar pelas entidades de previdência complementar para que a vontade dos instituidores e beneficiários seja respeitada pelos administradores. Ele ressaltou, no entanto, que a Lei Complementar nº 109 de 2001 confere a atribuição de acompanhar e fazer a cisão de entidades fechadas de previdência complementar à Previc. “Como uma nova fundação foi criada, o estatuto deveria ter sido analisado pelo Ministério Público”, completou Sabo, também promotor do MPDFT.

*\*Fonte: edição de 17 de outubro do [Correio Braziliense](#).*

## **Governo do PT convoca Exército para garantir Leilão de campo petrolífero**

Sob a coordenação do Exército, o esquema montado para garantir a segurança do leilão do campo petrolífero de Libra mobilizará 1.100 homens. Além de soldados, a operação inclui equipes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, das polícias militar e civil do Rio, do Corpo de Bombeiros e até da Guarda Municipal da capital carioca.

Deve-se o envolvimento do Exército e das forças federais de segurança a um pedido feito a Dilma Rousseff pelo governador do Rio, Sérgio Cabral (PMDB). Os dois conversaram há seis dias, em 11 de outubro. Acionado, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão do Ministério da Defesa, montou o que no jargão militar é chamado de GLO, operação de ‘Garantia da Lei e da Ordem’.

Em reunião realizada na tarde desta quinta (17), os detalhes da operação foram apresentados aos ministros Celso Amorim (Defesa), José Eduardo Cardozo (Justiça) e José Elito Carvalho (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência). O leilão de Libra, primeiro campo do pré-sal a ser levado ao martelo, está marcado para as 15h de segunda-feira. O esquema de segurança será deflagrado na véspera.

As duas últimas vezes em que o Exército estruturou esquemas semelhantes no Rio foram durante a visita do papa Francisco e na Copa das Confederações, em junho, mês em que o asfalto roncou no Brasil. O que levou Cabral a recorrer novamente a Dilma foi o receio das manifestações.

Contrárias ao leilão, a Federação Única dos Petroleiros e a Via Campesina inauguraram os protestos já nesta quinta, numa ocupação do prédio do Ministério de Minas e Energia, em Brasília. Na noite da

véspera, funcionários da Petrobras decidiram entrar em greve por tempo indeterminado em protesto contra a realização do leilão.

\*Fonte: [Blog do BG](#)/ Josias de Souza

## **Ex-diretor da Petrobras entra com ação para suspender leilão do pré-sal**

Ontem à noite, o ex-diretor de Gás e Energia da Petrobras no governo Lula Ildo Sauer e o advogado Fábio Konder Comparato protocolaram na Justiça Federal, em São Paulo, uma ação popular pedindo a suspensão do primeiro leilão do pré-sal brasileiro, do campo de Libra, previsto para a próxima segunda-feira, 21.

De acordo com Sauer, atualmente professor do Instituto de Energia e Ambiente da USP, o leilão tem "ilegalidades flagrantes", sobre as quais não quis especificar, e contraria os interesses nacionais ao "seguir a política energética dos EUA e da China", para quem o objetivo é "a produção rápida para reduzir o preço".

"Para um país que pretende ser exportador, como é o caso do Brasil, interessa controlar o ritmo da produção e manter o preço elevado", diz a introdução da ação popular.

Sauer e Comparato defendem que o campo de Libra seja repassado à Petrobras.

### **Segurança**

A pedido do governo do Rio presidente Dilma Rousseff convocou o Exército, para garantir a realização do leilão na segunda.

A partir de domingo, 24h antes do leilão, parte do bairro da Barra da Tijuca, na zona oeste da cidade, onde ocorrerá o leilão terá a segurança controlada por militares.

Petroleiros da Petrobras, que iniciaram nesta quinta uma greve por tempo indeterminado contra o leilão, prometem levar "pelo menos mil" pessoas para a porta do hotel para tentar impedir a venda.

A mobilização contará com 1.100 homens do Exército, das polícias Federal, Rodoviária Federal, da Força Nacional, além de agentes das polícias Civil e Militar do Rio. O planejamento será definido hoje e o efetivo ainda pode aumentar.

\*Fonte: [Folha de São Paulo](#).

## **Movimentos sociais e sindicais ocupam Ministério de Minas e Energia em Brasília**

*Eles exigem a imediata suspensão do leilão do Campo de Libra, previsto para o dia 21; em setembro, carta foi entregue à presidenta, mas não houve retorno*

Cerca de mil integrantes dos movimentos sociais da Via Campesina e da Plataforma Operária e Camponesa para a Energia ocuparam a sede do Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília (DF), nesta quinta-feira (17). Eles exigem a imediata suspensão do leilão do Campo de Libra, previsto para acontecer no dia 21.

No último dia 20 de setembro, mais de 90 movimentos sociais e sindicais entregaram uma carta à presidenta Dilma pedindo uma audiência e a suspensão do leilão, mas não receberam nenhuma resposta até o momento.

Nesta quinta-feira, as mobilizações dos movimentos sociais estão ocorrendo em grande parte dos estados brasileiros pedindo o cancelamento do leilão e os petroleiros também iniciaram uma greve por tempo indeterminado.

As mobilizações e greves acontecem porque as organizações e os trabalhadores consideram que o leilão de libra representará a privatização de uma área estratégica de petróleo. “Por isso, a luta contra o leilão de libra é a luta em defesa da soberania do povo brasileiro”, afirmou Gilberto Cervinski, da coordenação nacional do MAB.

### **Bloqueio do acesso à UHE Santo Antônio**

Desde a madrugada desta quinta-feira (17), cerca de 350 famílias atingidas pelas usinas hidrelétricas de Santo Antônio, Jirau e Samuel, em Rondônia, bloquearam as duas entradas de acesso da usina, na Estrada do Santo Antônio e na BR 364, no sentido Jaci-Paraná. A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas dos Trabalhadores, que em Rondônia reivindica os direitos das populações atingidas por barragens e o cancelamento do leilão do campo de Libra.

Assim como em Rondônia, em todo o país as famílias atingidas por barragens estão mobilizadas pela instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB). “Aqui em Rondônia queremos que os direitos dos atingidos sejam garantidos. Tem mil famílias que há mais de 30 anos esperam pelo reassentamento, como no caso dos atingidos por Samuel. Queremos também que os pescadores, remanejados e demais atingidos pelas barragens de Santo Antônio e Jirau tenham suas condições de sustento e geração de renda reestabelecidas pelas empresas construtoras das barragens”, disse Océlio Muniz, da coordenação do MAB. As famílias que o coordenador se refere já são cadastradas no Incra, mas até agora não foram reassentadas.

Os atingidos também são contra o aumento da cota do reservatório da usina de Santo Antônio. Eles argumentam que mais famílias nas comunidades de Joana D’Arc, Morrinhos, Santa Rita, Jaci Paraná, entre outras, serão ainda mais prejudicadas com a elevação da cota. “Repudiamos qualquer ação da empresa sem respeitar o direito de consulta prévia às populações atingidas”, declarou Océlio, que complementa: “Além disso, queremos que a Santo Antônio Energia se responsabilize pelas famílias atingidas na comunidade Joana D’Arc. Exigimos reassentamento em condições adequadas para aqueles que saírem e um Plano de Desenvolvimento e Reestruturação para os que ficarem no assentamento”, finaliza.

### **Atingidos pelo acesso à energia elétrica**

Os manifestantes reivindicam que a energia gerada em Rondônia esteja à serviço da população. São pelo menos 20 mil famílias rondonienses sem energia elétrica no campo e na floresta. Eles denunciam que há mais de 30 anos muitas famílias atingidas pela usina hidrelétrica de Samuel não têm acesso à energia, até mesmo aquelas que moram em ilhas dentro do lago da barragem.

O ato é organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), com a participação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, dos Trabalhadores do Transporte e da Madeira de Porto Velho.

### **Em Belém, organizações ocupam prédio da Petrobras**

Desde às 7 horas desta manhã (17), cerca de 250 integrantes do MAB, da Via Campesina, do Levante Popular da Juventude e das centrais sindicais estão ocupando o prédio da Petrobras, em Belém, no Pará.

Os manifestantes estão fazendo um ato político em frente ao prédio e panfletagens na rua esclarecendo a população sobre os riscos que a privatização do petróleo representa à soberania nacional. Às 16 horas, os manifestantes se juntam aos professores que estão em greve há mais de 20 dias. Eles farão uma grande marcha pelas ruas da capital em defesa do petróleo brasileiro.

*\*Fonte: [Blog do Fajardo](#)/Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)*

## **Após MTST tentar invadir Prefeitura, PM acompanha protesto**

*Portas de vidro foram quebradas; líder nega intenção de invadir prédio. Manifestantes pedem fim de despejos e solução para ocupações.*

Um grupo de manifestantes ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) tentou invadir a Prefeitura de São Paulo na manhã desta quinta-feira (17) durante ato no Centro da cidade. Os sem-teto protestam pelo fim de despejos, principalmente em terreno da Prefeitura onde 600 pessoas vivem no Jardim Ipê, e pedem solução para moradores de ocupações da cidade.

Segundo a PM, cerca de 150 pessoas participaram do protesto em frente à sede da Prefeitura no fim da manhã. Para lideranças do movimento, mil pessoas participaram do ato.

Por volta das 13h, o MTST deixou a frente do prédio e seguiu em direção à Praça da República onde encerrou o ato por volta das 14h. Segundo o grupo, a Prefeitura se comprometeu a não fazer o despejo dos moradores do Jardim Ipê até terça-feira, quando deve ocorrer uma reunião entre representantes do movimento e da administração municipal.

Em nota, a Prefeitura afirmou que "repudia a tentativa de invasão de sua sede e as ações violentas que ocorreram durante o protesto na manhã de hoje (17), posturas que impossibilitam o diálogo entre a administração pública e os representantes dos manifestantes nesta data".

A Prefeitura afirma que mantém o diálogo com movimentos de moradia da cidade, desde que "regras democráticas sejam respeitadas", e que MTST foi recebido pela administração na última terça. A Prefeitura ainda não informou se deve haver nova reunião na terça.

### **Protesto e vandalismo**

A manifestação começou por volta das 9h30 na Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Theatro Municipal. Trabalhadores de ocupações nas regiões do Campo Limpo, Paraisópolis, Capão Redondo e Grajaú saíram em caminhada pelo Viaduto do Chá até a sede da Prefeitura. Alguns manifestantes tentaram entrar no prédio. Um homem chutou a porta com intuito de arrombá-la, mas não conseguiu.

De acordo com a Guarda Civil Metropolitana (GCM), os manifestantes cortaram os cadeados das grades com alicate hidráulico e tentaram invadir o prédio. Alguns manifestantes usaram estilingues para atirar bolas de gude e outros estavam armados com pedaços de pau, barras de ferro e pedras.

Segundo a Guarda Civil Metropolitana (GCM), três vidraças da Prefeitura foram quebradas e um guarda teve um corte na mão. O reforço da Polícia Militar foi solicitado e homens com o escudo do Batalhão de Choque foram posicionados na Praça do Patriarca.

### **Vandalismo foi 'fato isolado', diz líder**

Guilherme Boulos, membro da coordenação nacional do MTST, disse que o vandalismo contra o prédio da administração municipal "foi um fato isolado". "Não era a proposta. Acharmos que isso não é motivo para a Prefeitura não receber os movimentos sociais", disse.

Mesmo com a ausência de Fernando Haddad, o movimento acredita que outros secretários poderiam receber o movimento. "Estão ocorrendo ocupações nos últimos meses em várias partes da cidade. Em vez de reconhecer isso como problema social, um problema que está relacionado ao aumento brutal do valor do aluguel na cidade, a Prefeitura está agindo na repressão: a GCM vai lá e despeja sem ordem judicial, não abre negociações, criminaliza."

### **Câmara**

Na terça-feira (15), manifestantes do MTST tentaram invadir a Câmara Municipal de São Paulo. Policiais militares conseguiram conter a invasão. O presidente da Câmara, José Américo (PT), recebeu dois

representantes do grupo, que entregaram um documento com oito reivindicações a respeito da reforma urbana.

No mesmo dia, o grupo foi recebido pelo secretário adjunto de Relações Institucionais. Na ocasião, Boulos, um dos líderes do movimento, criticou o encontro e disse que o secretário apenas recebeu as reivindicações, sem se comprometer com a execução.

\*Fonte: [GL](#).

## **Depressão pode ser considerada doença de trabalho**

Tristeza, desânimo, falta de motivação, alterações no sono. Segundo especialistas, esses são alguns sintomas da depressão, doença que afeta profundamente a qualidade de vida do indivíduo. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a doença é uma das mais frequentes na população mundial, sendo uma das maiores questões de saúde pública atualmente.

Ao julgar um recurso, a 8ª Turma do TRT-MG reconheceu que a depressão pode ser considerada doença ocupacional. Nesse contexto, os julgadores decidiram confirmar a sentença que condenou uma empresa do ramo automotivo a pagar a uma auxiliar administrativo indenização substitutiva da estabilidade da estabilidade provisória prevista no artigo 118 da lei 8.213/91 ("O segurado que sofreu acidente do trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente"), bem como indenização por danos morais no valor de R\$ 3 mil.

O relator do recurso, desembargador Sérgio da Silva Peçanha, explicou que o artigo 20 da Lei 8.213/91 define as doenças consideradas acidente do trabalho pela Previdência Social. Mas a lista é exemplificativa. O parágrafo 2º do dispositivo abre a possibilidade de que outras doenças sejam assim consideradas. São casos excepcionais, em que a doença resulta das condições especiais em que o trabalho é executado e com ele se relaciona diretamente. Segundo o magistrado, a previsão legal se sobrepõe à relação de doenças ocupacionais previstas no Decreto 3.048/99, que também não é taxativa, mas exemplificativa.

No caso, ficou demonstrado que as condições de trabalho contribuíram para o quadro de depressão da trabalhadora. Nesse sentido, a conclusão do perito de confiança do juízo de que a sobrecarga de trabalho pode ter contribuído para um quadro de estafa mental da trabalhadora. Além disso, uma testemunha contou que a reclamante estava bem de saúde quando começou a trabalhar, mas passou a apresentar queixas três anos depois. Conforme relato, ela disse que estava tomando remédios para depressão e comentou que vinha sentindo muitas cobranças. Também se queixou dos horários de trabalho exigidos pela empresa. Ao perito, a empregada informou que iniciou o quadro de cansaço, enjôos, insônia e instabilidade de humor. De acordo com ela, o marido começou a reclamar do fato de chegar tarde em casa e o casal começou a se desentender. Antes de ser dispensada, a trabalhadora ficou afastada, recebendo auxílio-doença.

Ao analisar os cartões de ponto, o relator constatou que a jornada era, de fato, prorrogada com frequência. Muitas vezes em mais de duas horas extras diárias. *"A sobrecarga de trabalho, além de extremamente desgastante, comprometeu o convívio familiar e os afazeres domésticos comuns a uma mãe de família"*, destacou o no voto, concluindo que *"a exigência da extensa carga horária foi prejudicial a saúde mental da empregada, atuando como fator desencadeante ou agravante de seu adoecimento"*.

A exigência de trabalho extraordinário praticamente todos os dias revelou a culpa da empresa, na visão do relator. Para ele, o patrão foi negligente no dever de propiciar a seus empregados ambiente saúde de trabalho. *"As condições de trabalho contribuíram diretamente para a perda, mesmo que temporária, da*

*capacidade laborativa da Reclamante, ficando evidenciada a culpa da empresa em não ter adotado medidas eficientes para reduzir a sobrecarga de trabalho impingida à obreira", concluiu.*

No voto, foi registrado, ainda, que o pagamento do seguro contra acidentes não desonera o empregador do pagamento de eventual indenização a que estiver obrigado, quando incorrer em culpa ou dolo, inteligência do artigo 7º, inciso XXVIII, da Constituição da República. Ainda conforme ressaltou o magistrado, os riscos aos quais a reclamante foi exposta não são inerentes à atividade empresarial, pois o excesso de horas de trabalho exigido se deve à falta de pessoal e não a atividade exercida pela empresa.

Com fundamento em doutrina e jurisprudência do TST, o relator decidiu manter a sentença que reconheceu a doença ocupacional da trabalhadora e julgou procedentes os pedidos de indenização estabilitária e indenização por danos morais.

*Fonte: Tribunal Regional de Minas Gerais, [disponível no site do Sindes/SC](#).*

## **Enfermeira é demitida de UPA após denunciar falhas**

Uma enfermeira da UPA de Madureira, na Zona Norte do Rio, foi demitida horas depois de revelar ao Tribunal de Contas do Município (TCM) algumas falhas no funcionamento da unidade. Para uma auditora de controle externo do TCM, que visitou a UPA no início da tarde do último dia 10, a enfermeira contou que a unidade sofre com a falta de médicos. É que, segundo ela, alguns profissionais, apesar de registrados no quadro de funcionário da UPA de Madureira, não estariam indo trabalhar.

A demissão foi feita pelo Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (Iabas), organização social responsável pela UPA de Madureira. Por meio de sua assessoria de comunicação, a Iabas afirmou que prefere não se pronunciar sobre a demissão, nem mesmo explicou se as denúncias da enfermeira influenciaram na demissão. A Iabas negou que haja falta de médicos na unidade. Veja nota na íntegra:

“A escala de médicos da UPA de Madureira está completa e o atendimento aos pacientes vem sendo realizado normalmente. A unidade de saúde está plenamente abastecida de insumos e medicamentos necessários para as equipes médica e de enfermagem atenderem com eficiência a população. Sendo assim, não procedem as denúncias”.

O TCM explicou que a visita é de rotina e faz parte de seu programa de acompanhamento. As visitas são definidas por sorteio e, em geral, os auditores fiscalizam as condições das instalações, os contratos de vigilância, limpeza, manutenção e demais serviços, além de verificar se o número de funcionários está de acordo com o registrado oficialmente.

A UPA de Madureira faz parte da rede municipal de saúde do Rio. A unidade foi inaugurada em setembro de 2013 pelo prefeito Eduardo Paes.

### **Iabas emite nova nota**

Seis horas após a publicação desta matéria, o Iabas, que demitiu a enfermeira, enviou ao Blog Emergência uma nova nota sobre o caso. Se antes, a organização social informou que não comentaria a demissão, agora diz que "reformula" o quadro de funcionários para melhorar o atendimento. Veja a nota na íntegra:

“O Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS) esclarece que o seu compromisso é manter a excelência na prestação dos serviços, ciente de que as inspeções do TCM ocorrem frequentemente nas unidades de saúde. Sendo assim, não procedem as denúncias, visto que todos os colaboradores são orientados a cooperar com os técnicos do TCM, fornecendo informações e documentos necessários. A escala de médicos na UPA de Madureira está completa e a unidade de saúde plenamente abastecida de insumos e medicamentos necessários para as equipes médica e de enfermagem atenderem com eficiência a população. O IABAS comunica, ainda, não ter ocorrido demissão por justa causa no período anterior e

posterior à visita de técnicos do TCM, e que a eventual reformulação no quadro de colaboradores ocorre visando aprimorar, cada vez mais, o atendimento ao público.”

\*Fonte: [O Globo](#).

## **Ipea: a cada 3 homicídios, 2 são contra negros**

O Ipea, instituto de pesquisa vinculado à Presidência da República, divulgou nesta quinta-feira (17) a quarta edição do seu Boletim de Análise Político-Institucional. Disponível aqui, a publicação traz sete artigos. Num deles — “Segurança Pública e Racismo Institucional” —, informa-se que de cada três pessoas assassinadas no Brasil duas são negras.

Assinam esse pedaço do boletim Almir de Oliveira Júnior, pesquisador do Ipea, e Verônica Couto de Araújo Lima, acadêmica da Universidade de Brasília dedicada à área de direitos humanos. A dupla sustenta que, mercê da discriminação, o negro tornou-se parte de um grupo de risco.

De acordo com o estudo, tomando-se a população residente nos 226 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, a chance de um adolescente negro ser vítima de homicídio é 3,7 vezes maior em comparação com os brancos. A possibilidade de um negro ser assassinado é oito pontos percentuais maior — mesmo quando a comparação envolve indivíduos de mesma escolaridade e de nível socioeconômico semelhante.

Servindo-se de estatísticas coletadas pelo IBGE em 2010, os autores do estudo verificaram que os negros são mais agredidos do que os brancos também por policiais. Entre os pesquisados que declararam ter sofrido agressão no ano anterior, 6,5% dos negros informaram que os agressores eram policiais ou seguranças privados — “que muitas vezes são policiais trabalhando nos horários de folga”. Entre os brancos, apenas 3,7% dos agredidos deram a mesma resposta.

Almir Júnior e Verônica Lima citam no texto pesquisa feita em 2008 entre policiais militares da cidade de Recife. Perguntou-se aos PMs: quem abordariam primeiro numa situação de suspeição que envolvesse um negro e um branco? Não deu outra: “Os policiais militares foram quase unânimes em dizer que o negro sofre um olhar diferenciado e, por isso, é sempre o primeiro a ser abordado — ou, às vezes, mesmo o único”, diz o texto.

Na mesma sondagem, perguntou-se aos policiais sobre como reagiriam ao ver pessoas negras e brancas dirigindo carros de luxo. Um negro pilotando um automóvel caro é considerado suspeito por 21% dos PMs entrevistados. Apenas 2,6% declararam que considerariam suspeito um branco ao volante de um carrão.

“As decisões cotidianamente tomadas no âmbito da justiça criminal, notadamente pelas polícias, são injustificadamente mais severas para os negros do que para os brancos”, concluíram os autores do estudo. “O braço da repressão legítima do Estado — por vezes, veículo até de execuções sumárias — atinge majoritariamente os jovens negros.”

\*Fonte: [Blog do Josias](#).

## **Mapa da desigualdade em 2013: 0,7% da população detém 41% da riqueza mundial**

*Nova pesquisa revela que PIB mundial atinge maior valor da história, mas divisão segue extremamente desigual. A Índia está entre os países de mais baixa renda no mundo, mas a má distribuição do dinheiro é geral*

Cinco anos depois do início da crise econômica mundial, marcada pela quebra do banco norte-americano Lehman Brothers, os indicadores financeiros seguem apontando para uma concentração da riqueza ao



redor do globo. De acordo com o relatório "Credit Suisse 2013 Wealth Report", um dos mapeamentos mais completos sobre o assunto divulgados recentemente, 0,7% da população concentra 41% da riqueza mundial.

Em valor acumulado, a riqueza mundial atingiu em 2013 o recorde de todos os tempos: US\$ 241 trilhões. Se este número fosse dividido proporcionalmente pela população mundial, a média da riqueza seria de US\$ 51.600 por pessoa. No entanto, não é o que acontece. [Confira aqui gráfico da projeção de cada país se o PIB fosse dividido pela população.](#)

A Austrália é o país com a média de riqueza melhor distribuída pela população entre as nações mais ricas do planeta. De acordo com o estudo, os australianos têm média de riqueza nacional de US\$ 219 mil dólares.

Apesar de serem o país mais rico do mundo em termos de Produto Interno Bruto (PIB) e capital produzido, os EUA têm um dos maiores índices de pobreza e desigualdade do mundo. Se dividida, a riqueza dos EUA seria, em média, de mais de US\$ 110 mil dólares. No entanto, é atualmente de apenas US\$ 45 mil dólares - menos da metade.

Entre os países com patrimônio médio de US\$ 25 mil a US\$ 100 mil, se destacam emergentes como Chile, Uruguai, Portugal e Turquia. No Oriente, Arábia Saudita, Malásia e Coreia do Sul. A Líbia é o único país do continente africano neste grupo. A África, aliás, continua com o posto de continente com a menor riqueza acumulada.

Mesmo com o crescimento da riqueza mundial, a desigualdade social continua com índices elevados. Os 10% mais ricos do mundo detêm atualmente 86% da riqueza mundial. Destes 0,7% tem posse de 41% da riqueza mundial.

Os pesquisadores da Credit Suisse também fizeram uma projeção sobre o crescimento dos milionários ao redor do mundo nos próximos cinco anos. Polônia e Brasil, com 89% e 84% respectivamente, são os países que mais vão multiplicar seus milionários até 2013. No mesmo período, os Estados Unidos terão um aumento de 41% do número de milionários, o que representa cerca de 18.618 de pessoas com o patrimônio acima de 1 milhão de dólares.

Em meados deste ano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um estudo sobre o crescimento da desigualdade social nos países desenvolvidos, como consequência da crise financeira. A organização diz que o número de pobres cresceu entre 2010 e 2011 em 14 das 26 economias desenvolvidas, incluindo EUA, França, Espanha e Dinamarca. Nos mesmos países, houve forte aumento do desemprego de longa duração e a deterioração das condições de trabalho. Atualmente, o número de desempregados no mundo supera os 200 milhões.

Em contrapartida, entre os países do G20, o lucro das empresas aumentou 3,4% entre 2007 e 2012, enquanto os salários subiram apenas 2,2%.

Segundo informações da imprensa europeia, na Alemanha e em Hong Kong, os salários dos presidentes das grandes empresas chegaram a aumentar 25% de 2007 a 2011, chegando a ser de 150 e 190 vezes maiores que o salário médio dos trabalhadores do país. Nos Estados Unidos, essa proporção é de 508 vezes.

Na contramão das grandes potências, a situação econômica e social da América Latina melhorou. Entre 2010 e 2011, 57,1% da população dos países da região estava empregada, um ponto percentual a mais que em 2007, último levantamento antes da crise financeira internacional.

Em alguns países, como Colômbia e Chile, o aumento superou quatro pontos percentuais. Com o aumento do trabalho assalariado, cresceu também a classe média. Na comparação entre 1999 e 2010, a população dentro do grupo social cresceu 15,6% no Brasil e 14,6% no Equador.

No entanto, a OIT destaca que a região ainda enfrenta como desafios a desigualdade social, maior que a média internacional, e o emprego informal. A média da região é de 50%, sendo que em países mais pobres, como Bolívia, Peru e Honduras, supera os 70%. Em todo o mundo, a organização afirma que há mais de 200 milhões de desempregados. A expectativa é que, ao final de 2015, esse número chegue a 208 milhões.

\*Fonte: [Rede Brasil Atual](#).

## **FENASPS**